



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.-----

-----Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária sob a presidência do **Presidente da Mesa**, José Manuel Martins Ribeiro, **Primeiro Secretário** António Jorge Macedo Pimentel, e do **Segundo Secretário**, Maria Mercedes Mendez Y Pardo. O **Presidente da Mesa** começou por informar o pedido de suspensão de mandato, pelo período de 10 dias de Manuel Cristóvão Ferreira Barbosa, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre”, e os seguintes pedidos de substituição, para esta sessão, José Manuel Ribeiro Cardoso, eleito pelo CDS/PP, o Presidente da Junta de Freguesia de Fornelos, pelo seu tesoureiro e o Presidente da Junta de Freguesia de Fafe, pelo seu secretário. Tomaram assento os elementos que se seguem nas respetivas listas, por se encontrarem presentes na sala. Verificada a existência de quórum com a presença de quarenta e oito membros, pelo Presidente da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão, quando dezoito horas e trinta minutos.

-----Em seguida, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia Municipal que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem.

-----Entrou-se no PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi lida uma proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Maestro José Atalaya com o seguinte teor: “Tendo em conta e recente falecimento do Maestro José Atalaya, uma das maiores figuras da cultura portuguesa do nosso tempo, que estará para sempre ligada a nossa terra, pela sua intervenção pessoal, na criação da Academia de Música, que viria a ter o seu nome, iniciativa que foi promovida pela Câmara Municipal de Fafe, em 1998. Contando com o seu acompanhamento e direção, e, desde aí, se tem afirmado como uma importante instituição para a formação de crianças e jovens no âmbito da música no panorama nacional. Tendo em conta que a memória do Maestro José Atalaya ficará marcada por todo o seu contributo enquanto maestro e compositor, mas também como aproximava o público das diferentes formas de expressão musical. Tendo em conta o seu vasto currículo, a saber: “José Atalaya ingressou, em ingressou, em 1951, como assistente



musical, na antiga Emissora Nacional, onde colaborou com o compositor Pedro do Prado entre o ano de (1908-1990) e com João da Câmara entre o ano de (1905-1978), iniciou um percurso de divulgação que se estendeu à RTP e a diferentes palcos nacionais, através de programa como: “Quinzenário Musical” 2 “Semanário Musical”, que manteve durante mais de 15 anos e que, em 1971, em entrevista, considerou ser, um dos seus trabalhos “mais apaixonantes”. Foi diretor da Antena 2 e maestro titular da Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa (RDP/Porto) e conselheiro artístico de “Lisboa, Cidade de Musica”. Em 1982, fundou a Orquestra Clássica do Porto, a convite do então Secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes. Em 1983, publicou o seu primeiro livro, “A Cassete Azul”, sob o patrocínio da Secretaria de Estado da Cultura. Iniciou em 1994, a antologia discográfica “Cinco Séculos de Música Portuguesa”, tendo publicado cerca de 30 títulos. De acordo com o supra mencionado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe a aprovação de um Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Maestro José Atalaya, apresentando condolências à família enlutada, e a expressão da nossa solidariedade neste momento de perda, pelo que solicita um minuto de silêncio”.-----

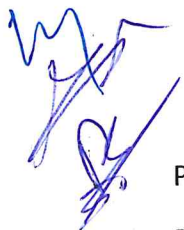
-----Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que existia mais dois votos de pesar pelo falecimento do Maestro José Atalaya, pelo que ia proceder à leitura dos mesmos, para posterior votação. -----

-----De seguida, o **Primeiro Secretário** passou a ler um Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Parlamentar “Fafe Sempre”: “A memória do Maestro José Atalaya ficará marcada por todo o seu contributo enquanto maestro e compositor, mas também como pedagogo, e pela forma única como aproximava o público das diferentes formas de expressão musical. Grande figura da cultura portuguesa, José Atalaya casou com uma fafense, natural de Fareja, acabando por estabelecer uma valorosa relação afetiva com Fafe. José Atalaya defendia a necessidade de “destruir a barreira entre o público e o artista” e de “informalizar os concertos” de música erudita, chegando mesmo a sugerir, em plena ditadura e depois dela, que os concertos deviam ser assistidos “em mangas de camisa”. Graças a ele e com a ajuda do executivo de então, liderado por José Ribeiro, aos quais devemos a Escola de Música José Atalaya, uma escola de referência e um dos projetos culturais mais relevantes do concelho de Fafe, tendo



criado a possibilidade dos alunos fafenses frequentar o ensino articulado e artístico público do nosso concelho. Tendo também esse executivo deliberado, em 31 de outubro de 2001, a entrega da medalha de ouro de mérito concelhio, tendo a mesma sido entregue, dois meses depois, a 8 de dezembro desse mesmo ano. O Grupo Parlamentar Fafe Sempre, propõe a este plenário que delibere um Voto de Pesar pela partida do Maestro José Atalaya, bem como apresentação de sentidas condolências à sua família; Propondo igualmente um minuto de silêncio à memória de um dos nossos; Igualmente sugerir ao executivo municipal, a atribuição do nome de principal sala da academia ao Maestro José Atalaya”.-----

-----De seguida procedeu à leitura do Voto de Pesar apresentado CDS-PP: “No dia 23 de fevereiro de 2021 em Lisboa morreu o reconhecido Maestro e Compositor José Atalaya com 93 anos. José Atalaya vulto da música erudita portuguesa foi ao longo da sua vida um criativo e destacado promotor de música junto dos Portugueses. Nascido em 1927, José Atalaya começou aos 19 anos a estudar música com Luís Freitas Branco sob influência de Joly Braga Santos. Em novembro de 1955, criou a sua primeira obra, orquestrada pelo seu professor e executada pela Orquestrada Sinfónica Nacional, sob o maestro Pedro de Freitas Branco, irmão do seu tutor. Estudou, como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, com Felix Prohaska (Alemanha), Hans Swarowsky (interpretação dos clássicos vienenses), Igor Markevich e Piero Bellkugi, discípulo deste último com quem concluiu a formação de chefe de orquestra. José Atalaya marcou gerações de músicos em Portugal. Foi membro fundador e director da Juventude Musical Portuguesa (presidida por Luiz e João de Freitas Branco) e o primeiro director e fundador do Grupo Experimental de Ópera de Câmara, criado e subvencionado pela Gulbenkian. Ao longo de décadas Atalaya viveu uma colaboração estreita com a Emissora Nacional, futura RDP, onde ingressou como assistente musical em 1951, onde colaborou com o compositor Pedro de Prado (1908- 1990) e o João da Câmara (1905-1978), e iniciou um percurso de divulgação que se estendeu à RTP e a diferentes palcos nacionais, através de programas como “Quinzenário Musical” e “Semanário Musical”, que manteve durante mais de 15 anos e que, em 1971, em entrevista, considerou um dos seus trabalhos “mais apaixonantes”. A colaboração com a televisão começou em 1956, quando a RTP ainda funcionava na antiga Feira Popular, com a violinista Leonor



Prado e a pianista Nella Maissa. Atalaya manteve a colaboração com a televisão pública até 1974, à qual voltou anos mais tarde, sempre em programas de divulgação. Em julho de 1975, regressou à já designada Rádio Difusão Portuguesa (RDP), tendo sido coordenador artístico de três orquestras da instituição. Em 1977, com Maria João Pires, dirigiu as iniciativas que assinalaram em Portugal os 150 anos da morte de Ludwig Van Beethoven, e tornou-se membro do Conselho Nacional da Música. Entre outros cargos, foi diretor titular da Orquestra Sinfónica do Porto, e conselheiro artístico de “Lisboa, Cidade de Música”, uma iniciativa do antigo edil da capital Nuno Krus Abcassis. Em 1982, fundou a Orquestra Clássica do Porto, a convite do então Secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes. Em 1983, publicou o seu primeiro livro, “A Cassete Azul”. Sob o patrocínio da Secretaria da Cultura iniciou, em 1994, a antologia discográfica “Cinco Séculos de Música Portuguesa”, tendo publicado cerca de 30 títulos. Casado com uma fafense, José Atalaya, dividira a sua vida entre Fafe e Lisboa, tendo esta nossa cidade como muito querida e inspiradora para toda a sua obra. Em virtude disso em 1998, com o apoio da Câmara Municipal de Fafe, fundou-se a Academia de Música José Atalaya, conhecida internacionalmente pelo ensino de música de excelência que ministra. Por tudo isto e pela forte ligação a esta nossa cidade, propomos um Voto de Pesar nesta Assembleia e um minuto de silêncio em respeito pela sua memória.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para, num registo pessoal, dizer que 1998 o Maestro José Atalaya tinha se dirigido a ele, por volta do mês de junho, dizendo que tinha acabado de casar com uma Fafense e que se ia instalar aqui e que estava a contactar a Câmara de Fafe, em primeiro lugar, porque se a mesma não tivesse interesse ele iria procurar uma das Câmara vizinhas, para a criação de uma escola de música. Nessa altura, foi ponderado, rapidamente, atendendo que ele pretendia uma resposta breve, este desafio. O Plano e Orçamento não continha verbas para esse efeito, tendo sido encontrado uma formula, que ainda hoje se mantinha, de uma Associação para onde se tinha conseguido canalizar verbas, e em outubro desse ano, a escola tinha aberto.-----

-----Colocada à votação as propostas do PS, do FS e do CDS, ***ambas aprovadas, por unanimidade***, tendo sido guardado um minuto de silêncio.-----



-----Foi dada a palavra a **Pedro Nuno Bastos Freitas**, eleito pela lista do Grupo de Cidadãos “Fafe Sempre” para questionar o **Presidente da Câmara**, relativamente ao concerto do mês de agosto, se o Município tinha instaurado algum inquérito interno, uma vez que tinha sido a Câmara a fornecer a logística e a pagar as refeições aos realizadores do evento cultural, mas não o tinha fiscalizado. A GNR diz não saber de nada, pelo que gostaria de saber o ponto de situação. Prosseguiu, dizendo que o centro da cidade, nomeadamente a Praça 25 de abril estava com uma iluminação muito pobre, o que era mais notório neste momento devido ao pouco movimento, pelo que entendia que deveria ser melhorada. Terminou, dizendo acerca dos pavilhões das escolas que teria sido uma boa altura para proceder a obras nos mesmos, quer na Escola Secundária, quer na Carlos Teixeira, dado que não havia aulas. Fazia, também, um elogio ao Presidente da Câmara pelo facto do Pavilhão Municipal estar a ser objecto de uma intervenção..-----

-----Solicitou a palavra **Rui Flório Ribeiro Nogueira Bastos Costa**, eleito pelo CDS-PP que iniciou a sua intervenção, dizendo que o CDS tinha vindo, nesta Assembleia, a levantar questões, que não eram respondidas pelo Presidente da Câmara, ou eram de forma ínvia, pelo que ia ser muito direto e concreto e, desta vez, esperava respostas. Relativamente ao concerto na Arcada, pretendia saber em que fase se encontrava o inquérito sobre a responsabilidade da sua realização, porque não servia a resposta de que se estava à espera do desfecho do processo-crime. E não servia, pelo simples facto, de que a responsabilidade política pela realização do evento, nada dependia da eventual responsabilidade criminal. O inquérito que tinha anunciado, não teria a pretensão, no seu entender, de se substituir ao Ministério Público na descoberta de eventual responsabilidade criminal. O Inquérito que tinha sido anunciado visava a descoberta de responsabilidade funcional e subsequentemente política pela realização do evento, pelo que se o mesmo estava parado indevidamente e todos tiravam as suas conclusões, se não estava, em que fase se encontrava e para quando uma decisão. Prossegui, dizendo que, por esta altura, já se devíamos todos estar a espera, ou mesmo a receber, as faturas do consumo de água emitidas pela nova Empresa Municipal que ia gerir a distribuição desse bem essencial. Acontecia que, o executivo não tinha sido capaz de, atempadamente, concretizar esse projeto, apesar do tempo que tinha tido e



dos avisos que lhe tinham sido feitos, ficando assim os Fafenses na mão da Indaqua por tempo ainda indeterminado. Perguntou ao Presidente da Câmara quais tinham sido as muitas dúvidas do Tribunal de Contas relativamente à nova empresa de gestão de água e se as dúvidas levantadas na Assembleia de 19 de junho pelo CDS, e que estavam transcritas na ata, não eram as mesmas que o Tribunal de Contas estava agora a levantar. Prosseguiu dizendo que, existia uma incerteza quanto ao momento em que iria acontecer a transição, pois, o Município não sabia quanto tempo iam demorar os pareceres da entidade reguladora e o visto do Tribunal de Contas. Questionou sobre a posição da Indaqua, se tinha sido negociado algo com a mesma, para fornecimento de água neste período cinzento e será que a Indaqua estava na disposição de se manter nessa incerteza e a que preço. Tendo em conta a entrevista que tinha sido dada à Fafe TV pela Vereadora Márcia Barros que tinha anunciado com toda a pompa e circunstância, como se fosse algo extraordinário, a redução da tarifa da água em 14,75%, tendo se esquecido de dizer que, tal redução continuava a deixar Fafe nos primeiros cinco concelhos do país com a água mais cara, pelo que pretendiam saber se essa redução anunciada seria possível para 2023, uma vez que o executivo terá de apresentar o novo tarifário perante a entidade reguladora, no ano anterior aquele que irá produzir efeito. -----

-----De seguida, usou da palavra **Sérgio Andrade Correia Bravo**, eleito pelo Partido Socialista, que iniciou a sua intervenção manifestando, em nome do Grupo Parlamentar do PS, a sua grande satisfação pelo modo como o executivo municipal, liderado pelo Presidente da Câmara, atuou no combate à pandemia por Covid 19, principalmente na frente social e educativa, sendo tão sensível às populações fafenses. No decorrer do confinamento, o Município liderou com discrição, prontidão e eficácia, tendo sido capaz de, em colaboração com os Agrupamentos de Escola, os Presidentes de Juntas e as famílias, sinalizar os casos mais prementes, encontrando uma solução adequada. Tinham sido distribuídas mais de 1.300 refeições, por alunos com escalão A e B, suprimindo as suas necessidades básicas de alimentação, inclusive alguns casos de carência por vulnerabilidade social, mediante análise cuidada dos Serviços Sociais do Município. Também, em colaboração com os Agrupamentos, tinham sido emprestados mais de 250 computadores e tablets para garantir o acesso ao ensino por parte dos



alunos em questão, bem como tinha respondido a todos os pedidos para o acesso à Internet. Prosseguiu dizendo que, essa garantia dada por parte do Município levava o a dizer que a transferência do ensino presencial para o ensino à distância, tinha corrido francamente bem em Fafe, na maioria esmagadora dos Agrupamentos de Escolas. Claro que existiam sempre caso pontuais que iam surgindo e que prontamente eram resolvidos mas, também, tinham chegado do Ministério da Educação vários computadores para serem distribuídos pelos Agrupamentos para chegarem as famílias e sobretudo as crianças que deles precisavam. O Município, os Agrupamentos de Escola, os Presidentes de Junta e as famílias eram o garante de uma maior justiça social de igualdade e oportunidade, nesta altura tão conturbada onde era necessário proteger e assegurar as condições às crianças e aos jovens que frequentavam as escolas do concelho. Prosseguiu dizendo que, também, não se podia deixar de mencionar que o investimento estrutural em educação realizado pelo Município assegurava, ainda, a qualidade de ensino que era muito importante nesta fase e em qualquer altura através das plataformas de aprendizagem que eram utilizadas pelos professores. Fazia uma homenagem de modo geral a todos os professores do país, de modo especial aos que trabalhavam no concelho de Fafe que tinham dado um contributo inestimável para que as crianças fafenses pudessem aprender com o ensino à distância que era sempre difícil. Aproveitava, para dizer que todas as crianças eram acompanhadas conjuntamente com os Agrupamentos de Escola, os seus diretores de turma em conjunto com os seus professores e a suas famílias.-----

-----De seguida, usou da palavra **Bruno Manuel Silva Oliveira**, eleito pelo Fafe Sempre que começou a sua intervenção fazendo dois reparos, um relativamente à pandemia, não podia deixar de concordar com o deputado que tinha intervindo antes dele, concordando com todas as medidas implementadas no combate à mesma, reconhecendo todo o esforço do executivo, pesasse embora que, na altura do discurso do Presidente da Câmara, nas cerimónias do 25 de abril, quase que tinha ironizado e tinha utilizado algumas metáforas para comparar a pandemia com os seus adversários políticos, lamentava a forma como o tinha feito, nessa altura. O outro, relativamente aos percursos pedestres, uma vez que nos encontrávamos numa altura em que aos fins de semana não se podia sair do concelho, e ficava triste por ter tentando fazer um



trilho de 14 km, vindo se obrigado a fazer 21 km, por falta de sinalização. Perguntou se existia algum Plano de Recuperação e Resiliência a nível concelhio que estivesse a ser preparado, se existia algo em vista nos mais diversos temas, como na questão desportiva com a criação de novos espaços e novas modalidades, no melhor aproveitamento das infraestruturas do concelho. Na questão cultural, potenciando espetáculos no concelho e nas freguesias, com grupos e associações das mesmas, talvez fosse importante começar a pensar já nisso. Entendia que era importante a realização de pequenas obras no concelho para manutenção dos espaços que eram muito utilizados pelas pessoas ou criação de alguns novos espaços, ou até pequenas intervenções que não envolvesse as burocracias que tinha um concurso público. Terminou, questionando sobre o atraso da constituição da empresa municipal de águas, a razão pela qual o processo não tinham começado antes, o que tinha falhado. Ao que sabia todo o processo estava a ser acompanhada por uma empresa qualificada para esse fim, pretendia saber se existia formas de responsabilizar pelas falhas, o que estava a ser feito pelo Município para a resolução deste assunto e a razão pela qual se recorreu a uma empresa externa, uma vez que o Município tinha reforçado o seu quadro de pessoal, tendo funcionários habilitados para esse fim, evitando se assim gastos.-----

-----Usou da palavra **Anabela Cunha Martins**, eleita pelo Partido Socialista, para dizer que o ano de 2020 tinha ficado marcado pelo efeito destrutível, consequente da maior pandemia do século. Inesperado e repentinamente, tinha sido necessário tomar medidas drásticas, tais como confinamento domiciliário, restrições de circulação e limitações à atividade empresarial, resultando em graves prejuízos para economia. Neste sentido, o Município de Fafe tinha aprovado em Abril de 2020 um pacote de medidas de modo a minimizar os impactos da pandemia a nível local, complementares aos apoios disponibilizados pelo Governo à escala nacional. Essas medidas, destinadas às empresas do concelho, com reflexo imediato na redução e/ou isenção de tarifas, taxas e/ou preços de serviços, tais como, fornecimento de água, saneamento, resíduos sólidos urbanos, publicidade, rendas para vigorarem até 31 de Dezembro de 2020. No entanto, devido agravamento da situação epidemiológica, e consequente declaração de estado de emergência decretada a 6 de Novembro de 2020 e sucessivas renovações



que vigoram até ao momento, o Município no passado dia 15 de Fevereiro, tinha decidido, ciente do atual contexto social, económico e financeiro, dar continuidade à estratégia política de apoio à atividade económica e às famílias. Deste modo, tendo em conta, o cenário de especial exigência, o Município de Fafe em concertação com o Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, tinha proposto prolongar e implementar as seguintes medidas de carácter temporário e excecional, a vigorem durante o 1º semestre 2021, a saber: Redução de 50%, da tarifa fixa de fornecimento de água e do saneamento das águas residuais, bem como, da tarifa de disponibilidade da recolha Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), para atividades empresariais que comprovem uma redução do volume de negócios em pelo menos 40%; Redução de 50% da renda dos arrendatários que comprovem ter uma quebra de rendimentos em 2020 superior a 20%; Redução de 50% da taxa para ocupação de terrado na Feira Semanal; Redução de 50% da taxa publicidade efetuada pelas empresas; isenção de pagamento da taxa de ocupação de espaço público pelas esplanadas. Prosseguiu, dizendo que para além disso, no que dizia respeito às famílias, de modo permitir aumentar o rendimento das famílias, o Município de Fafe, tinha proposto suportar o acréscimo de tarifário resultante de novos tarifários a vigorarem em 2021, mantendo às famílias a mesma taxa de esforço de 2020, em serviços de fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos. A par disto, em Setembro de 2020, o Município tinha apresentado um Projeto de Dinamização e Revitalização do Comércio Local, dirigido a todos os lojistas, comerciantes, micro e pequenas empresas do Concelho de Fafe. Tratava-se de um projeto de apoio ao comércio local, promovido pela Câmara Municipal de Fafe em parceria com a Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto, com vista, a desenvolver a modernização e a inovação das atividades comerciais instaladas e as respetivas técnicas de vendas e, por outro, dinamizar o comércio local e a restauração através de um plano integrado de promoção e divulgação comercial. Este projeto, assentava em dois vetores: O primeiro consistia na disponibilização de ferramentas de incentivo à venda, nomeadamente na criação de um portal Marketplace, na implementação de um sistema de fidelização com cartão de pontos e na criação e distribuição de um livro de vouchers. O segundo vetor consistia em ações continuadas



de comunicação, usando a nova marca do comércio local de Fafe – FAFE MAIS - como um elemento unificador para a implementação de estratégias de comunicação multimeios e social media. Desde a sua apresentação, estava presentes no Marketplace FAFE um total de 69 comerciantes, reuniam, neste arranque, mais de 600 produtos ou serviços da região, plataforma que já se encontravam em pleno funcionamento. Os próximos passos passavam pela distribuição dos cartões de fidelização por todas as famílias do Concelho de Fafe, que iam funcionar como um sistema de pontos para o comércio local e restauração. E também, pela implementação do livro de vouchers com oferta de descontos promocionais para usar nos estabelecimentos aderentes. Neste seguimento, em nome do grupo parlamentar do Partido Socialista, felicitava o Município, na pessoa do Presidente Raul Cunha, pela implementação de medidas de resposta de carácter de temporário e excecional, de apoio às empresas e famílias, de modo a aliviar os efeitos de combate a pandemia Covid-19. Desejava que estas medidas não tivessem de ser renovadas, que seria um sinal, de um regressar à nova e possível normalidade quotidiana.-----

-----Foi dada a palavra a **Duarte Teixeira Rocha**, eleito pelo Partido Social Democrata que iniciou a sua intervenção dando os parabéns à Câmara por ter colocado à disposição dos Fafenses os meios e as instalações necessárias para ser administrada a vacina contra a COVID 19. A vacinação aos nossos idosos tinha iniciado na passada terça-feira e tinha corrido tudo dentro normalidade. Apenas referir que, futuramente, seria necessário garantir que não houvesse aglomeração de pessoas como tinha sucedido nestes primeiros dias. Prosseguiu, dizendo que o Município tinha feito um ajuste direto no valor de €20.000,00 à empresa Editorial Novembro, para Implementação de uma biblioteca comunitária no Bairro da Cumieira, para quem não se recordava essa empresa tinha sido aquela que há um ano acusava a Câmara de Fafe por usurpação da marca Terra Justa e que iria inclusivamente avançar para os Tribunais, mas pelo que se sabia, nunca o tinha vindo a fazer. Assim sendo, o PSD pretendia saber quais tinham sido os critérios definidos pela Câmara para essa adjudicação. Por outro lado, a Câmara tinha decidido que iria suportar o aumento das tarifas no ano 2021 dos Fafenses, referentes ao fornecimento de água, saneamento e lixo. Porém, esta decisão não passava de uma medida populista e demagógica. Essa medida era tão diminuta,



que a título de exemplo, uma família que consumia 5m³ de água no 1º escalão, iria ter uma redução na sua fatura de apenas cerca de 2,85 cêntimos. O PSD entendia que a Câmara deveria aplicar às famílias fafenses as mesmas medidas que tinham vindo a executar junto dos comerciantes, reduzindo a 50% a taxa fixa. Prosseguiu dizendo que, como era do conhecimento de todos o Diretor do Departamento Administrativo da Câmara tinha sido acusado pelo Ministério Público, pela prática do crime de peculato e pelo crime de falsificação de documentos. O PSD não iria, como era lógico, condenar ninguém em praça pública, pois, até haver uma decisão definitiva por parte dos Tribunais, deveria a pessoa em causa ser considerada como inocente, não obstante, que encontrava indiciada da prática destes crimes. Pretendiam saber se a Câmara tinha instaurado algum processo disciplinar relativamente a esta situação, e caso de ter sido instaurado, qual tinha sido o seu resultado. E não deveria a Câmara, até para proteger o próprio visado, encontrar uma forma para que este deixasse de ser o responsável pelo Departamento Administrativo, até que houvesse uma decisão do processo crime. Terminou, a sua intervenção lamentando o facto deste executivo municipal não ter conseguido durante este mandato que estava a terminar, executar uma deliberação aprovada pela Assembleia Municipal no ano de 2016, referente à transmissão em direto das Assembleias Municipais, o que era demonstrativo a seu ver, de uma clara indiferença e desinteresse pelas deliberações que eram tomadas em assembleia municipal.-----

-----Usou da palavra **Francisco José Gonçalves Pinto**, eleito pelo Partido Social Democrata, iniciando a sua intervenção abordando o tema da empresa municipal de águas que, logo após a sua tomada de posse, o Presidente da Câmara tinha sido, nesta Assembleia, várias vezes questionado e alertado de que assuntos importantes deveriam ser tratados com a devida antecedência porque imprevistos apareciam sempre e, numa dessas assembleias, tinha dito que se algo corresse mal teriam de responsabilizar o Presidente da Câmara, pelo que era o que estava a fazer. Não sabiam quando a empresa iria estar pronto para iniciar, pelo que gostaria de saber qual tinha sido o timing encontrado para nomear as pessoas para a mesma, corria se o risco da mesma só tomar posse no final do ano e como todos sabiam o Presidente da Câmara não era candidato às próximas eleições, pelo que haverá um novo Presidente, não se



teria antecipado nessa decisão. Relativamente ao assunto Fafe Mais, era verdade que o PSD tinha feito pressão para o mesmo, mas parecia-lhe que 60.000 euros era a mais para aquilo que se via, existia pouca adesão e o portal era muito rudimentar, será que em Fafe, não existia uma empresa capaz de ter feito esse trabalho muito mais barato. Relativamente ao acesso à Arcada, o mesmo estava interdito pelo lado da Praça de Táxis, do outro lado que era o único acesso que os comerciantes e os moradores tinham, existia um sinal de Sentido Proibido. Na informação escrita do Senhor Presidente dizia que as obras na Biblioteca estavam terminadas, mas no seu entender, não podia estar, uma vez que, no seu parque entrava água por tudo quando era lado. Por fim, questionou o Presidente da Câmara sobre o que se estava a passar com as reposições do pavimento que, antigamente depois da comunicação passado dois ou três dias estavam resolvidas, existiam dois pedidos sem resposta à pelo menos um mês.-----

-----De seguida, usou da palavra **António Jorge Macedo Pimentel**, eleito pelo Partido Social Democrata, para, em nome do PSD, levantar algumas questões relativamente ao ensino à distância. Em primeiro lugar, questionou o Presidente da Câmara sobre os problemas que havia com os equipamentos informáticos, sabendo que haviam muitos alunos que não possuíam os equipamentos adequados, alguns nem tinham pelo que, também, não se podiam conectar às escolas, nem entrar nas respetivas plataformas que eram de uso diário. Existiam, também, falta de Internet fluente e continuada em várias locais nas freguesias mais a norte, dificultando o acompanhamento das aulas à distância, criando desigualdade no processo de aprendizagem de muitas crianças. Obviamente, deixava um elogio a todos os professores, formadores, psicólogos, técnicos, assistentes e todos aqueles que se encontravam nos processos educativos dos vários níveis de ensino, até porque existiam várias escolas a apoiar presencialmente alunos, desde o pré-escolar ao secundário. Esse acompanhamento era mais difícil no ensino profissional, uma vez que obrigava a um reajustamento de acompanhamento técnico dos vários professores e formadores que ajustassem e articulassem com investimento pessoal, em termos informáticos para as áreas técnicas, sendo que as planificações dos estágios tinham ficado adiadas pelas imposições da DGS. Portanto, com esta pandemia, os alunos e jovens estavam em



situação desigual porque uns conseguiam acompanhar e bem as atividades e as tarefas escolares e outros, sem equipamentos e internet, ficavam para trás, sendo o seu processo de formação integral e inclusiva condicionado. Neste quadro de alguma desigualdade, colocavam-se riscos de detenção e de abandono escolar, pelo que pretendia saber em que medida o Pelouro da Educação tinha acompanhado esse processo, não só em relação aos equipamentos mas também em relação à Internet, todos sabiam que o Ministério da Educação, também, tinha a sua culpa. Prosseguiu, questionando para quando as empreitadas nos pavilhões gimnodesportivos que se encontravam, também, a causar prejuízos nas aprendizagens e no compromisso com a atividade física semanal, bem com os exames nacionais. Por fim, questionou sobre a articulação que estava ser levada a efeito entre o Município e as direções dos Agrupamentos com vista a solucionar as questões levantadas anteriormente e qual tinha sido o feedback em relação às salas do futuro. Relativamente a deliberação da Assembleia que aprovava a transmissão online das sessões, gostava de saber o ponto de situação. Recordou, a sugestão de acolher jovens estudantes em residência a criar na Cumieira, pretendia saber se existia alguma ideia sobre este assunto.-----

-----Por fim, usou da palavra o **Presidente da Câmara**, para agradecer as questões colocadas. Relativamente ao concerto da Arcada no verão, já na última assembleia tinha dito e repetia que o inquérito tinha sido suspenso por conselho jurídico, no sentido de aguardar a resolução do processo que decorria no Ministério Público que, após a sua resolução, será retomado. Sobre a iluminação do centro da cidade, também entendiam que era necessário reforçar a mesma, pelo que já estava a tratar com EDP para ver uma solução. Relativamente aos pavilhões das escolas, começou por dizer que as obras do pavilhão da Escola Carlos Teixeira, ainda, arrancavam este ano, não podendo de momento precisar a data dado que estava pendente de um financiamento, a relação ao da Escola Secundária continuavam em conversações com o Ministério da Educação, de facto tinham existido algumas dificuldades, pelo que ainda não havia luz verde para anunciar essa obra, estando o projeto pronto. Relativamente ao processo da criação da empresa das águas, era verdade que vários deputados tinham chamado à atenção para a necessidade, que era entendido por todos, de que esse processo deveria decorrer bem, mas como já alguém tinha referido, e sem querer utilizar a



desculpa da pandemia Covid 19, que ninguém podia prever, ainda hoje tinham recebido o parecer favorável da ERSAR sobre a proposta de prorrogação do contrato de concessão com a Indaqua Fafe, necessário até à conclusão deste processo, em que salientavam que os imponderáveis que tinham surgido ao longo do procedimento. Existiam dois pareceres um que tinha sido recebido hoje sobre a prorrogação do contrato de concessão e outro que tínhamos aguardado até ao limite e que não tinha sido recebido dentro do prazo, tendo atrasado o envio do processo para o Tribunal de Contas. Prosseguiu, dizendo que a figura que estávamos a assumir com a Indaqua Fafe era suportada na Lei como o prolongamento de um contrato exatamente nas mesmas condições, pelo que não havia renegociações de valores. Relativamente aos esclarecimentos pedidos eram alguns que já constavam das recomendações, que vieram fora de tempo, da ERSAR, alguns eram meramente operacionais, de informática, como a forma de fazer chegar os documentos ao Tribunal de Contas tinham mudado, passando a ser por via digital, não tendo sido fácil para a informática da Autarquia articular-se com a informática do Tribunal de Contas. Em relação às tarifas, que relativamente às águas não poderiam não ser significativas, já na recolha dos resíduos, as taxas aprovadas eram bem mais significativas pelo que para os Fafenses e atendendo a situação atual, não haveria aumento das tarifas de água, recolha de resíduos e saneamento. Sobre os percursos pedestres, estava a decorrer um concurso para requalificação dos mesmos financiado a 100%, que pretendia a sua requalificação e potenciar o seu aproveitamento turístico. Sobre o Plano de Recuperação e Resiliência, era um assunto que devia preocupar a todos, estavam a falar do plano que estava em discussão pública, de 14 mil milhões de euros a ser investidos e aproveitados até 2026, o que irá obrigar todo o País, os Municípios e as empresas a fazer um esforço enorme, tendo que se concentrar no que realmente fazia falta. Existiam grandes projetos, desde de logo o financiamento da Zona Industrial de Regadas, que como era sabido, tinha atrasado mais do que o previsto, no entanto este Plano previa o financiamento desse tipo de obras em Zona Industriais, não só a construção, mas também, a requalificação, pelo que deverão ser permitidas obras na Zona Industrial do Socorro. Mas, desde da requalificação das águas, nos percursos dos rios, também, iriam melhorar o PAMUS em geral, estavam previstos para esse programa 9 milhões de euros, para melhoria da



circulação, da requalificação das praças, do equipamento urbano, mas também, uma articulação em termos intermunicipais, procurando sincronizar investimentos para a famosa Ciclovia do Ave que era um grande projecto da CIM, e estando em cima da mesa a possibilidade de se criar uma rede ferroviária eléctrica que ia ligar Guimarães a Braga, pelo que procurava que essa rede a ser criada, começasse em Fafe e não em Guimarães, uma vez que tínhamos uma Zona Industrial com muitas empresas instaladas. Prosseguiu, dizendo que existia trabalho feito de preparação de projectos, sendo que os próximos anos não seriam anos fáceis, mas sim muitos difíceis, mas também tinham a noção de que haviam grandes oportunidades. Estava a acabar um quadro comunitário, ainda estavam a rever taxas de financiamento de projectos que já estavam em curso para se poder aproveitar. Depois, existia o novo quadro comunitário que estava a arrancar e o Plano de Recuperação e Resiliência, que irão trazer oportunidades muito grandes de investimentos. Relativamente ao processo instaurado ao Diretor do Departamento Administrativo, disse que o mesmo nada tinha haver com a relação dele com a administração e que a Câmara tinha-se constituído como assistente no processo afim de estar a par do desenvolvimento do mesmo e se o Diretor entendia que estava em condições de exercer as suas funções, aguardava-se o desenvolvimento do processo. Relativamente ao sinal, o mesmo tinha acabado de ser tapado. Sobre o Fafe Mais, considerava um projeto interessante, era mais que uma plataforma, era a promoção, a requalificação dos empresários, era a criação do cartão da qual era necessária fazer a gestão. Era a campanha publicitária que estava associada e tinha merecido por parte dos Fafenses e das empresas Fafenses alguma adesão a este projeto, havendo já 80 empresas a ter manifestado interesse no mesmo, ainda não eram muitas mas não se podia estar à espera de estar tudo perfeito para se poder avançar, se era útil, tinha que se avançar, ganhando-se experiência e aperfeiçoando-se o projeto. Era uma ferramenta que a Câmara disponha e disponibilizava às empresas, e será o que os empresários Fafenses quiserem. Relativamente, às escolas, tinham sido feito tudo o que era possível, no sentido de todos os alunos terem acesso à internet, tinha sido disponibilizados equipamentos, estava atentos e em muito boa articulação com os agrupamentos, no sentido de ir identificando e resolver os problemas a medida



que iam surgindo. Relativamente as gravações das sessões entendia que era competência da própria Assembleia.-----

-----Solicitou, novamente a palavra **Bruno Manuel Silva Oliveira**, eleito pelo Fafe Sempre para falar de novo sobre o processo da água, e fazer um pequeno reparo, o Presidente da Câmara tinha falado e bem sobre os timing, no entanto, o pior atraso foi mesmo o início do processo que era da sua única responsabilidade, tendo se recorrido a uma entidade externa, quando havia pessoal competente no quadro da Câmara pelo que não entendia o porquê de se ter gasto 46 mil euros.-----

-----Pelo **Presidente da Câmara** foi dito que, no seu entender e no da Câmara, não haviam condições para o fazer atendendo a complexidade do mesmo, pelo que optaram por recorrer a uma entidade externa.-----

-----Solicitou a palavra **Duarte Teixeira Rocha**, eleito pelo Partido Social Democrata para dizer que não tinha falado sobre a biblioteca comunitária da Cumieira.-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que na Cumieira a intervenção não se limitava só à construção civil, a zona congregava um conjunto grande de questões sociais, lidar com os idosos, com a toxicodependência, com as dificuldades étnicas e de ligação entre as várias etnias, pelo que existia um conjunto de grandes problemas sociais. Existiam diversos programas todos financiados pela UE para intervir, que já estavam no terreno pronto a intervir, e a empresa tinha sido contratada dado ter experiência nessa matéria. Quanto à questão dos universitários, achava uma boa ideia, no entanto, entendia que se devia reservar alguns apartamentos, até para quebrar o estigma da Cumieira, no entanto só depois de se avaliar a necessidade de habitação existentes nos Fafenses. Havia cerca de 90 apartamentos pertencentes à Câmara disponíveis para ocupar mediante os critérios que tinham sido previstos, critérios sociais, pelo que não era sensato reservar já os apartamentos.-----

-----Entrou-se no **Período da ORDEM DO DIA**.-----

Ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal. **A Assembleia tomou conhecimento**.-----

Ponto dois ponto dois – Eleição dos Representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;-----



-----Pelo **Presidente da Mesa** foi explicado que a CPCJ tinha remetido um ofício pedindo a renovação de mandato dos representantes da Assembleia, dizendo mesmo que, se até final de janeiro, a Assembleia não desse resposta que se considerava renovado o mandatos dos representantes já eleitos. Perguntou se existia alguma proposta, uma vez que os mandatos não eram coincidentes, e que esta eleição seria até outubro, pelo perguntou se ninguém se opunha a renovação de mandato dos actuais representantes.-----

-----Não havendo intervenções, foi de imediato, colocada à votação tendo a **Assembleia deliberado, por unanimidade, manter os representantes já eleitos.**-----

Ponto dois ponto três - Apreciação e Votação da Proposta de ratificação de erros materiais aos Estatutos da Empresa de Águas do Município de Fafe;-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo a **Assembleia deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto dois ponto quatro - Apreciação e Votação da Proposta de 1ª Alteração Modificação 2021 (Revisão);-----

-----O **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que se tratava de uma revisão, quase que obrigatória, que resultava da necessidade de se incorporar no Orçamento o saldo de gerência, mas também, no sentido de se incluir as verbas que eram transferidas do Orçamento de Estado e que eram superior às previstas.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo a **Assembleia deliberado, por maioria, com cinco votos contra e uma abstenção, aprovar.**-----

Ponto dois ponto cinco – Apreciação e votação da Proposta de Exclusão de aplicação da Lei 8/2012 (LCPA) e Decreto-Lei nº 127/2012;-----

-----O **Presidente da Câmara** deu uma breve explicação sobre a proposta.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo a **A Assembleia deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

Ponto dois ponto seis – Apreciação das Declarações a que se refere o nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei 22/2015, de 17 de março; **A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----Colocada à votação a ata da sessão ordinária de vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte, foi aprovada, por maioria, com uma abstenção.-----



-----Terminada a Ordem de Trabalhos pelo Primeiro Secretário foi efetuada a leitura da minuta da ata da presente sessão que, colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram vinte horas e trinta minutos, do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e um.-----

-----E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----

que! h-las ~
por mais nada
Antônio José Herculano Raimundo